

# Relatório Anual 2015

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de  
Associados União dos Estados de Mato  
Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -  
Sicredi União MS/TO**



**Diretoria Executiva de TI e Operações  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria**



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul,  
Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Ênfase**

#### **Incorporação da Sicredi União Cerrado**

Chamamos a atenção às notas explicativas 1 - Contexto Operacional e 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis que descrevem a aprovação e a incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Estados do Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União Cerrado, razão pela qual as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas com os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2016



Luciano Gomes dos Santos  
Contador - CRC- RS 059.628/O-2 S - MS  
CNAI 3087

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO.

### 1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 459.767 mil.

#### I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 250.824 mil.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 206.150 mil. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 39.807 mil. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 16.198 mil(NE 05c).

#### II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 398.485 mil em dezembro de 2015.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 240.775 mil. Os depósitos à vista alcançaram o valor de R\$ 60.168 mil.

#### III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 96.888 mil.

### 2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Res. CMN nº 3.859.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas quase na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	31.400	33.495
Carteira de Crédito *	191.936	223.583
Depósitos	257.109	300.998
Patrimônio Líquido	116.912	96.888
Capital	57.099	59.896
Resultado Antes das Destinações	16.652	15.893
Rentabilidade do PL	171,00%	160,00%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

### 3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

#### **4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT**

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

#### **5. Gerenciamento de Riscos**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

##### **I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional.

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

##### **II - Risco de Mercado**

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

### III - Risco de Liquidez

A noção de risco de liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez

### IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

### V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO		31/12/2015	PASSIVO		31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>375.856</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>123.301</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.161	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	65.093
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		181.143	Depósitos à Vista		60.168
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		158	Depósitos Interfinanceiros		54
Correspondentes no país		374	Depósitos a Prazo		4.871
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	180.611	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		36.909
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	164.211	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		528
Operações de Crédito		183.591	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 10)	36.381
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(18.750)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		600
OUTROS CRÉDITOS		17.800	Recursos em Trânsito de Terceiros		600
Créditos por Avais e Fianças Honorários		45	OUTRAS OBRIGAÇÕES		20.699
Rendas a Receber		939	Cobrança e Arrecadação de Tributos		54
Diversos	(NOTA 06)	17.137	Sociais e Estatutárias		1.762
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(131)	Fiscais e Previdenciárias		606
OUTROS VALORES E BENS		2.541	Diversas	(NOTA 11)	18.187
Outros Valores e Bens		2.721			
(Provisão para desvalorização)		(213)			
Despesas Antecipadas	(NOTA 07)	33			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>83.911</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>239.578</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		59.372	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		239.578
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	59.372	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	235.904
Operações de Crédito		67.303	Depósitos a Prazo		235.904
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.491)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		3.674
PERMANENTE		24.539	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 10)	3.674
INVESTIMENTOS	(NOTA 08a)	12.026			
Outros Investimentos		12.026			
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08b)	9.854	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>96.888</b>
Imóveis de Uso		731	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	(NOTA 13)	<b>59.896</b>
Outras Imobilizações de Uso		13.598	De Contribuintes no País		34.511
(Depreciação acumulada)		(4.475)	(Capital a Realizar)		(24.615)
INTANGÍVEL	(NOTA 08b)	2.659	RESERVAS DE SOBRIAS		33.602
Outros Ativos Intangíveis		4.156			
(Amortização acumulada)		(1.497)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.390
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>459.767</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>459.767</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>39.583</b>	<b>23</b>	<b>39.606</b>	<b>65.298</b>	<b>24</b>	<b>65.322</b>
Operações de Crédito	39.583	23	39.606	65.084	24	65.108
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	214	-	214
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(24.902)</b>	<b>(96)</b>	<b>(24.998)</b>	<b>(41.034)</b>	<b>(127)</b>	<b>(41.161)</b>
Operações de Captação no Mercado	(14.155)	(17)	(14.172)	(22.869)	(25)	(22.894)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.709)	(79)	(1.788)	(2.284)	(102)	(2.386)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.038)	-	(9.038)	(15.881)	-	(15.881)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>14.681</b>	<b>(73)</b>	<b>14.608</b>	<b>24.264</b>	<b>(103)</b>	<b>24.161</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(6.884)</b>	<b>2.770</b>	<b>(4.114)</b>	<b>(11.690)</b>	<b>3.829</b>	<b>(7.861)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.856	3.128	5.984	5.295	5.385	10.680
Rendas de Tarifas Bancárias	3.649	4	3.653	5.806	7	5.813
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.898)	(750)	(10.648)	(17.495)	(1.092)	(18.587)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(9.445)	(1.259)	(10.704)	(15.450)	(1.747)	(17.197)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(23)	(156)	(179)	(42)	(270)	(312)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	13.527	2.263	15.790	21.727	2.165	23.892
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(7.550)	(460)	(8.010)	(11.531)	(619)	(12.150)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>7.797</b>	<b>2.697</b>	<b>10.494</b>	<b>12.574</b>	<b>3.726</b>	<b>16.300</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>	<b>9.840</b>	<b>1</b>	<b>9.841</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>7.760</b>	<b>2.697</b>	<b>10.457</b>	<b>22.414</b>	<b>3.727</b>	<b>26.141</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>7.760</b>	<b>2.697</b>	<b>10.457</b>	<b>22.414</b>	<b>3.727</b>	<b>26.141</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.727</b>	<b>(3.727)</b>	<b>-</b>
<b>SOBRAS DO PERÍODO</b>	<b>7.760</b>	<b>2.697</b>	<b>10.457</b>	<b>26.141</b>	<b>-</b>	<b>26.141</b>
<b>SOBRAS DE INCORPORAÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.249)</b>	<b>-</b>	<b>(10.249)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>7.760</b>	<b>2.697</b>	<b>10.457</b>	<b>15.892</b>	<b>-</b>	<b>15.892</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.502)</b>	<b>-</b>	<b>(12.502)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.111)	-	(4.111)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.130)	-	(1.130)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.781)	-	(6.781)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(480)	-	(480)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.390</b>	<b>-</b>	<b>3.390</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO**  
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>38.477</b>	<b>24.785</b>	<b>3.561</b>	<b>66.823</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.775	-	(3.545)	(1.770)
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Saldo de Incorporação	10.195	1.556	(10.249)	1.502
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	8.302	-	-	8.302
Baixas de capital	(2.914)	-	-	(2.914)
Resultado do período	-	-	26.141	26.141
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.130)	(1.130)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.781	(6.781)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.061	-	(4.111)	(50)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	480	(480)	-
Outros eventos	-	-	-	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>59.896</b>	<b>33.602</b>	<b>3.390</b>	<b>96.888</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>21.419</b>	<b>8.817</b>	<b>(171)</b>	<b>30.065</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2015</b>	<b>52.577</b>	<b>26.341</b>	<b>5.435</b>	<b>84.353</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.689	-	-	4.689
Baixas de capital	(1.431)	-	-	(1.431)
Resultado do período	-	-	10.457	10.457
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.130)	(1.130)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.781	(6.781)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.061	-	(4.111)	(50)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	480	(480)	-
Outros eventos	-	-	-	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>59.896</b>	<b>33.602</b>	<b>3.390</b>	<b>96.888</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.319</b>	<b>7.261</b>	<b>(2.045)</b>	<b>12.535</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO**  
**CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22**

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.438</b>	<b>29.354</b>
Resultado do exercício	10.458	15.892
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(20)</b>	<b>13.462</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	652	13.128
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(7)	213
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	93	155
Depreciação do imobilizado de uso	582	935
Amortização do intangível	225	374
Baixas do ativo permanente	16	49
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	5	28
Destinações ao FATES	(1.130)	(1.130)
Dividendos SicrediPar	(456)	(290)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>19.671</b>	<b>46.229</b>
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	7.444	(180)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	123	683
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(192)	(361)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(34.700)	(64.748)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	10.377	22.761
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.461)	(6.597)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.081)	(1.720)
Aumento (Redução) em depósitos	44.563	108.946
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	263	226
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(6.981)	(14.477)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(975)	(1.359)
(Redução) Aumento em outras obrigações	4.291	3.055
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>30.109</b>	<b>75.583</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	5.861
Aquisição de Investimentos	-	(181)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.217)	(4.641)
Aplicações no Intangível	(646)	(1.336)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.863)</b>	<b>(297)</b>
Integralização de capital	4.689	8.489
Baixa de capital	(1.431)	(3.187)
Juros ao capital próprio	(50)	(50)
Distribuição de Sobras	-	(1.786)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>3.208</b>	<b>3.466</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>31.454</b>	<b>78.752</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	159.318	112.020
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	190.772	190.772

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/06/2015, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Estados do Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União Cerrado.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 28 de janeiro de 2016.

Devido à incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Estados do Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União Cerrado, as demonstrações contábeis não estão apresentadas de forma comparativa, devido a não consolidação dos saldos contábeis do exercício anterior.

### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira**

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

**i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**j) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**k) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**l) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

**m) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### n) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### q) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### r) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

#### s) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015
Disponibilidades	10.161
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	180.611
Total	190.772

valores em milhares de Reais

### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	151.610	58.400	210.010
Financiamentos	5.199	5.928	11.127
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.152	3.535	29.687
Carteira total	182.961	67.863	250.824

valores em milhares de Reais

**b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	31/12/2015				Total da Carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	6.436	24.705	50.379	43.123	124.643
Rural	447	3.196	22.509	3.535	29.687
Industrial	14	314	464	525	1.317
Comércio	1.168	12.250	15.514	7.884	36.816
Outros Serviços	1.741	20.930	22.894	12.796	58.361
Total	9.806	61.395	111.760	67.863	250.824

valores em milhares de Reais

**c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira	Provisão para operações de Crédito
		31/12/2015	31/12/2015
Nível A	0,50	110.640	553
Nível B	1,00	58.833	588
Nível C	3,00	36.677	1.100
Nível D	10,00	23.626	2.363
Nível E	30,00	9.040	2.712
Nível F	50,00	4.848	2.424
Nível G	70,00	2.293	1.605
Nível H	100,00	16.198	16.198
Total (i)		262.155	27.543

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 24,99% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Avais e Fianças Honrados	35	-	35
Títulos e créditos a receber	11.296	-	11.296
Total	11.331	-	11.331

valores em milhares de Reais

**d) Operações renegociadas e em prejuízo**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015
Renegociadas	16.127
Lançadas contra prejuízo	20.711
Recuperadas de prejuízo	2.430

valores em milhares de Reais

**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	148	-	148
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.639	-	1.639
Devedores por depósitos em garantia	32	-	32
Impostos e contribuições a compensar	340	-	340
Pagamentos a ressarcir	-	-	-
Títulos e créditos a receber	11.525	-	11.525
Devedores diversos - País (ii)	3.453	-	3.453
Total	17.137	-	17.137

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 1.639 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.381 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) A conta Devedores Diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2015
Pendências a regularizar	1.478
Valores honrados	937
Outros devedores	10
Compensação a Regularizar	542
Rotativo a liberar cartão múltiplo	257
Outros	229
<b>Total</b>	<b>3.453</b>

valores em milhares de Reais

#### NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015
Imóveis	2.509
Veículos e afins	137
Bens em regime especial	70
<b>Subtotal Bens não de uso próprio</b>	<b>2.716</b>
Material em estoque	5
Despesas antecipadas	33
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-213
<b>Total Outros Valores e Bens</b>	<b>2.541</b>

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 213 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

#### NOTA 08 – PERMANENTE

##### a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015
Cooperativa Central Sicredi (i)	6.096
Sicredi Participações S.A. (i)	5.925
Outras Participações e Investimentos	5
Sicredi Fundos Garantidores (i)	4
Outras Participações	1
<b>Total</b>	<b>12.026</b>

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Número de ações/quotas possuídas	1.921.479 ON 4.003.515 PN	4 Quotas	6.097.005 Quotas
Percentual de participação	0,74%	2,90%	18,63%
Capital social	804.351	138	32.723
Patrimônio líquido	874.462	193.717	34.580
Lucro líquido do exercício	62.184	-	640
Valor do investimento	5.925	4	6.096

valores em milhares de Reais

**b) Imobilizado de uso e intangível**

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015		
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido
Imobilizações em curso	-	4.134	-	4.134
Terrenos	-	6	-	6
Edificações	4%	725	204	521
Instalações	10%	4.154	1.745	2.409
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.442	853	1.589
Sistema de comunicação	10%	91	36	55
Sistema de processamento de dados	20%	2.350	1.507	843
Sistema de segurança	10%	167	77	90
Sistema de transporte	20%	260	53	207
Imobilizado de Uso (i)	-	14.329	4.475	9.854
Intangível (ii)		4.156	1.497	2.659
Investimentos Confederação		4.156	1.497	2.659
<b>Total</b>		<b>18.485</b>	<b>5.972</b>	<b>12.513</b>

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 09 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	60.168	-	-	60.168
Depósitos Interfinanceiros	-	54	-	54
Depósitos a prazo	1.190	3.681	235.904	240.775
<b>Total</b>	<b>61.358</b>	<b>3.735</b>	<b>235.904</b>	<b>300.997</b>

valores em milhares de Reais

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Crédito Rural	36.381	3.674	40.055
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	36.381	3.674	40.055
<b>Total</b>	<b>36.381</b>	<b>3.674</b>	<b>40.055</b>

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 4,11% a.a. até 10,39% a.a. com vencimento de 07/01/2016 até 07/10/2018.

**NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cheques administrativos	1.147	-	1.147
Obrigações por convênios oficiais	3	-	3
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	413	-	413
Provisão para pagamentos a efetuar	4.021	-	4.021
Provisão para passivos contingentes (i)	817	-	817
Credores diversos - país (ii)	11.786	-	11.786
<b>Total</b>	<b>18.187</b>	<b>-</b>	<b>18.187</b>

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 751 mil.

As provisões sobre obrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015
Parcelado Lojista	4.450
Agenda cartão Visa a pagar	4.271
Agenda cartão Master a pagar	1.355
Contas a pagar	682
Outros	1.028
Total	11.786

valores em milhares de Reais

#### NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	22	36	- 34	24
Cível	16	60	- 34	42
Total	38	96	- 68	66

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	24	24
Cível	Provável	42	42
Cível	Possível	161	-
Total		227	66

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015
Capital Social (valores em milhares de Reais)	59.896
Total de associados	33.495

##### b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Capital, no montante de R\$ 4.111 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

##### c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 60% foram destinados para Reserva Legal e 10% para FATES.



**NOTA 14 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos Estados do Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União Cerrado utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo Garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 10.000 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015
<b>Ativo</b>	
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	180.611
Diversos	1.381
Investimentos (Nota 08a)	6.097
Intangível (Nota 08b)	2.659
<b>Passivo</b>	
Provisões para pagamentos a efetuar	312
Credores Diversos	253
<b>Receitas</b>	
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	18.300
<b>Despesas</b>	
Operações de Empréstimos e Repasses	52
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	785
Outros Dispendios Despesas Operacionais	5.506

valores em milhares de Reais

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total
<b>Depósitos à vista</b>	<b>61</b>	<b>0,10%</b>
Pessoas físicas	61	
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>609</b>	<b>0,25%</b>
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	609	
<b>Operações de crédito</b>	<b>633</b>	<b>0,25%</b>

valores em milhares de Reais

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015
Pessoas chave da administração	1.582

valores em milhares de Reais

**NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 18.300 mil refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

**NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 3.747 mil refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 702 mil refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 1.145 mil refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

**NOTA 18 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

<b>Coobrigações em garantias prestadas</b>	<b>31/12/2015</b>
Garantias prestadas em operações de associados	15.493
Carta aval / fiança	2.638
Carteira Habitacional	1.756
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	3.495
FCO - Empresarial e Rural	2.919
Inovagro	2.016
Outros	2.669
<b>Total</b>	<b>15.493</b>

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

**NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

**NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

---

Luis Guilherme Salles Trindade  
Diretor Executivo  
CPF: 791.058.079-72

---

Lucelia Ganzer  
Diretor de Operações  
CPF: 858.267.071-00

---

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72